

Segurança alimentar

Desfazer mitos

Alfredo José Barreto Luiz*

O IBGE faz, anualmente, a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), que levanta para cada um dos mais de 5.500 municípios brasileiros a área plantada, a quantidade produzida e o valor da produção de 62 espécies vegetais. A análise desses dados, mais especificamente aqueles relativos à segurança alimentar, permite desfazer alguns mitos e confirmar algumas teses.

consumida como alimento, hoje somos importadores de cacau, o milho em sua maior parte é utilizado na alimentação animal e não humana, a maçã é exportada etc.

A escolha dos componentes do grupo foi feita uma única vez e antes de se conhecerem os valores, tanto os oriundos da PAM quanto os do PNAD, e os dados relativos à pecuária não foram considerados.

Os maiores valores ocorreram na insegurança alimentar na zona rural, com os grupos “alimentos” (correlação positiva) e “exportados” (correlação negativa).

A correlação existente entre a renda per capita em cada Unidade da Federação e o percentual de insegurança alimentar entre os moradores da zona rural, de -0,6760, indica uma dependência negativa e relativamente alta entre essas duas variáveis. O resultado confirma que a insegurança alimentar está muito mais ligada à falta de renda que propriamente à falta de alimentos.

A correlação observada entre o tipo de agricultura utilizado e a insegurança alimentar não pode ser atribuída a uma relação de causa e efeito. Afinal, não há lógica possível para justificar que em estados onde a produção agrícola é predominantemente voltada aos “alimentos”, a insegurança alimentar da população rural seja maior. Pode-se supor que a produção desses gêneros está concentrada em estados com menor renda per capita, o principal determinante da insegurança alimentar.

Da mesma forma, a produção das culturas para exportação é predominante em estados com renda per capita maior e, conseqüentemente, insegurança alimentar menor. Isso, de certa forma, justifica as políticas de transferência, distribuição ou suplementação de renda, adotadas pelo governo federal. Mesmo na zona rural das regiões produtoras de alimentos a segurança alimentar depende da capacidade de adquiri-los e não da sua existência. Não basta produzir alimentos mas, sim, garantir renda para os indivíduos poderem ter acesso a eles.

Produtos considerados

Alimentos: azeitona; castanha de caju; palmito; alho; amendoim; arroz; aveia; batata-doce; batata-inglesa; cebola; ervilha; fava; feijão; mandioca; milho; tomate e trigo

Frutas: abacate; banana; caqui; coco; figo; goiaba; limão; maçã; mamão; manga; maracujá; melão; noz; pêra; pêssego; tangerina; uva; abacaxi; melancia e melão

Não alimentícias: algodão (arbóreo e herbáceo); borracha; chá-da-índia; dendê; erva-mate; guaraná; pimenta-do-reino; sisal; urucum; fumo; juta; linho; mamona; rami; tungue; centeio; cevada; malva e sorgo

Culturas: cacau; café e laranja

Exportadas: cana-de-açúcar e soja

Antes mesmo do levantamento ser divulgado, foi imaginado um trabalho para estudar o tipo de relação existente entre o modelo de agricultura utilizado em determinada região e a insegurança alimentar dos moradores da zona rural.

Os dados do ano relativos ao valor da produção foram analisados por Unidade da Federação e comparados aos dados do PNAD (Programa Nacional de Pesquisas Contínuas por Amostra de Domicílios). As classificações não são perfeitas. O linho pode ser usado como alimento e não como fonte de fibra, parte da produção de cana-de-açúcar, café, laranja e soja é

A análise do coeficiente de correlação entre os percentuais de insegurança alimentar e do valor da produção agrícola, nas 27 Unidades da Federação, mostram que, independentemente do local de moradia, os grupos “alimentos” e “frutas” correlacionam-se de forma positiva com a insegurança alimentar, e os grupos “exportados” e “não alimentícios” têm correlação negativa. Ou seja, à medida que aumentava o percentual do valor da produção dos grupos “alimentos” e “frutas”, a insegurança alimentar também aumentava. O contrário acontecia com os grupos “exportados” e “não alimentícios”.



Correlação entre o percentual de insegurança alimentar total por local de moradia e o percentual do valor da produção agrícola por grupo de produtos, UF, Brasil, 2004

Local de moradia	Grupo de produtos agrícolas			
	Exportados	Alimentos	Frutas	Não alimentícios
Urbana	-0,3329	0,2933	0,2234	-0,1825
Rural	-0,4798	0,5397	0,2092	-0,3747
Total	-0,4368	0,4582	0,2131	-0,2894

Correlação entre a renda per capita e o percentual do valor da produção agrícola por grupo de produtos nas UF, Brasil

	Grupo de produtos agrícolas			
	Exportados	Alimentos	Frutas	Não alimentícios
Renda per capita	0,3346	-0,3532	-0,1858	0,2778

A produção de alimentos localmente está muito mais relacionada à soberania alimentar que exatamente com a segurança alimentar. Entende-se soberania alimentar como a situação na qual uma determinada comunidade, com localização bem definida no espaço, é capaz de produzir a maioria dos alimentos de que necessita para o seu consumo, em quantidade e qualidade suficientes, com respeito às suas tradições culturais e de forma sustentável no tempo.

Políticas públicas voltadas para alcançar a soberania alimentar podem contribuir para a segurança alimentar de diversas maneiras:

1. como os alimentos tradicionais geralmente são nativos ou bem adaptados às condições de clima e solo do local, tendem a proporcionar eficiência à produção, com baixa nos custos e elevação da produtividade;
2. produtos de consumo alimentar local, em geral, consumidos in natura, ganham em qualidade ao serem comercializados imediatamente depois de colhidos (alimentos frescos);
3. a proximidade entre produtores e consumidores facilita a logística de distribuição e diminui o espaço para intermediários no processo. Isso contribui para a redução dos custos ao consumidor e melhor remuneração ao produtor;
4. as relações interpessoais entre produtores e consumidores, facilitadas pela proximidade física, podem interferir positivamente no compromisso do: a) produtor com a qualidade nutricional e sanitária dos produtos e com a conservação ambiental; b) consumidor na preferência pelos fornecedores locais e a disposição em remunerar de forma adequada a fonte local de sua alimentação saudável;
5. como a produção local exige mão-de-obra e gera renda, diminui a insegurança alimentar. O sistema retro-alimenta a demanda por produtos. ■

* Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente